

# 31º Exame de Ordem - 2ª fase - 2006

## Direito Administrativo

1. João da Silva é funcionário da Prefeitura de um município do interior fluminense, onde exerce o cargo de Fiscal de Tributos há mais de dez anos. Insatisfeito com a atuação do referido servidor, um determinado contribuinte representou contra ele, imputando-lhe a prática de irregularidades no exercício da fiscalização com vistas à obtenção de vantagem ilícita para si. Diante da representação, o Superintendente de Fiscalização da Secretaria Municipal de Finanças determinou a instauração de inquérito administrativo em face de João da Silva e, ainda, que ele fosse afastado imediatamente do exercício de suas funções por sessenta dias, com suspensão do pagamento. E, além disso, em decorrência do mesmo fato, dias depois, o Prefeito fez publicar a transferência do João para ter exercício em escola da Secretaria Municipal de Educação. Afirmando-se vítima de um contribuinte insatisfeito com a fiscalização de determinada empresa, João o(a) procura como advogado(a) com o objetivo de promover medida judicial para a defesa de seus direitos. Redija a peça inicial de um mandado de segurança.

2. A Vigilância Sanitária determina a proibição de comercialização de um determinado desinfetante, fabricado por conhecida multinacional. O ato foi editado com fundamento exclusivo na supremacia do interesse público. Discorra sobre a validade do ato.

3. A empresa "X" foi multada por um fiscal do IBAMA (autarquia federal) em virtude da prática de uma infração ambiental. Contra a aplicação da multa a empresa interpõe, quando já transcorrido o prazo legal, recurso hierárquico impróprio, sem efeito suspensivo, dirigido ao Ministro do Meio Ambiente. O Ministro, em seu despacho, embora reconhecendo a inexistência da infração, se nega a anular o ato, com base nos seguintes argumentos: (I) o recurso administrativo não fora subscrito por advogado; (II) o recurso fora interposto fora do prazo legal; (III) a empresa havia impetrado mandado de segurança; (IV) a lei não contemplava o recurso hierárquico impróprio ao Ministro do Meio Ambiente.

Analise cada um dos argumentos do despacho do Ministro, mencionando os dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

4. Pretendendo desconcentrar o mercado das empresas que atuam na prestação do serviço público de transporte intermunicipal, determinado Estado resolve incluir, na minuta do edital da licitação prévia à permissão, critério que atribui pontuação menos favorável a empresas que já operam com várias linhas. Analise a juridicidade da proposta.

5. Em um ônibus de transporte público de passageiros operado por permissionária ocorreu assalto a mão armada ao qual um dos passageiros reagiu a tiros. Outro passageiro foi atingido pelos disparos e veio a falecer. Quais são os eventuais direitos que os seus sucessores possuem face à permissionária e ao Estado-membro?

6. Comissão de licitação inabilita o licitante "A", empresa de construção civil, por não haver comprovado o pagamento da anuidade do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. "A" recorre administrativamente de tal decisão, com base no art. 109, I, "a" e § 2º, da Lei n.º 8.666/93, pretendendo a sua reinclusão no certame. No intervalo de tempo para o julgamento do recurso, todavia, a licitação foi concluída, com a adjudicação do objeto licitado ao licitante "B", que invoca direito ao contrato.

a) tem o licitante "A" direito a ser reincluído no certame?

b) caso provido o recurso de "A", procede o argumento de "B"?

c) se o licitante "B" já houver iniciado a prestação de serviços e o seu contrato vier a ser anulado, deverá ele devolver os pagamentos já recebidos da Administração Pública?

## Direito Civil

1. Mario dos Santos (brasileiro, solteiro, engenheiro, domiciliado e residente, na cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, n.º 1000, apto. 608, inscrito no CPF sob o n.º 000.000.001-00) adquiriu em estabelecimento comercial da Vende Tudo Ltda. (sociedade estabelecida, na cidade de Petrópolis, RJ, na Rua Imperial, n.º 10 e inscrita no CNPJ sob o n.º 123/0001-00) um aquecedor elétrico, fabricado por ABC Produtos Elétricos e Eletrônicos S/A (sociedade estabelecida na cidade de Campos dos Goytacazes, RJ, na Avenida Desembargador Amaro Martins de Almeida, n.º 271, e inscrita no CNPJ sob o n.º 456/0001-00). Em virtude de um defeito de fabricação, o aquecedor elétrico explodiu, provocando incêndio em pequena casa que Mário tem na cidade de Petrópolis (RJ). Em decorrência da explosão, além dos danos causados ao imóvel, Mário sofreu ferimentos nas mãos e no rosto, ficando parcialmente desfigurado e impossibilitado de desenvolver suas atividades profissionais pelo prazo de 6(seis) meses. Você, como advogado, foi procurado por Mário, que lhe expõe os fatos, acrescentando que não tem, neste momento, como saber qual o exato montante dos prejuízos sofridos em razão da parcial destruição do imóvel de Petrópolis, e que tão pouco pode precisar, de antemão, o que deixou de ganhar no período de cessação de suas atividades profissionais, por ser engenheiro que trabalha como profissional liberal.

Redija a petição inicial da ação que, a seu ver, deve ser proposta, nas circunstâncias descritas. A petição - a ser assinada pelo advogado José Pinheiro (OAB/RJ 002), com escritório, na cidade do Rio de Janeiro, na Rua da Ajuda, n.º 20, Sala 801 - deverá justificar, explicitamente, a escolha do foro a seu ver competente.

2. João da Silva, precisando angariar recursos financeiros para promover cirurgia emergencial de sua esposa, Marina da Silva, a qual se encontra em estado de saúde gravíssimo, realiza contrato de compra e venda de bem imóvel de sua propriedade com Gilmar de Souza. O bem em questão é uma mansão situada em área nobre da zona sul do Rio de Janeiro, composta por 6 (seis) suítes, 5 (cinco) quartos, 3 (três) piscinas, além de 2 (duas) saunas e um lago artificial. O preço pelo qual o imóvel foi anunciado era, inicialmente, de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Gilberto Souza, amigo íntimo do casal, negocia o valor proposto, conseguindo reduzir o preço, já irrisório, pela metade. Passados 3 (três) anos e meio da conclusão do contrato de compra e venda, você, como advogado, é procurado pelo casal vendedor, que lhe dirige as seguintes indagações:

(a) o negócio jurídico, celebrado naquelas circunstâncias, é válido?

(b) houve prescrição? Houve decadência?

3. André propôs ação de investigação de paternidade contra Pedro, sem cumular ao pedido de declaração da relação jurídica de parentesco o de condenação do Réu a prestar-lhe alimentos. O pedido foi julgado procedente e a sentença transitou em julgado. Posteriormente, André moveu ação de alimentos contra Pedro e este, na audiência prevista no art. 5º da lei n.º 5.478/68, se recusou ao acordo e negou, na contestação, a paternidade. Nos debates orais, o advogado de André alegou coisa julgada sobre a questão prejudicial da paternidade, e o advogado de Pedro, fundamentando-se no §3º do art. 301 do CPC, sustentou que não havia coisa julgada, por não serem idênticas as duas ações. Qual dos dois advogados está certo? Fundamente.

4. Adriano, senhor de idade muito doente, tomou em locação de Trajano, por temporada, um imóvel na aprazível cidade de Araxá, Minas Gerais, pois o médico do primeiro havia recomendado um repouso de 60 (sessenta) dias naquela localidade. Assim sendo, o contrato foi celebrado pelo prazo de 90 (noventa) dias, para que o idoso locatário pudesse enviar, com 15 (quinze) dias de antecedência, um empregado de sua confiança para ali preparar sua estada, bem como para que lhe fosse possível desocupar o imóvel, calmamente, ao final do prazo. Ocorreu que o pobre senhor, após passar 60 (sessenta) dias repousando, como lhe fora recomendado pelo médico, ainda se sentia deveras cansado. O médico do

locatário, Dr. Antonino, que havia resolvido aproveitar um sábado na mesma cidade, aconselha-o, durante a visita, a ali permanecer, após os 90 (noventa) dias do prazo do contrato, por um novo período de 60 (sessenta) dias, necessário ao completo restabelecimento do paciente. Adriano, em dúvida, procurou um advogado, a quem expôs os fatos, indagando-lhe se a renovação do prazo da locação, pelo período adicional sugerido pelo médico, alterará o regime jurídico aplicável. Sendo você o advogado, o que diria a Adriano?

5. Jarbas Rabelo reside, em imóvel de sua exclusiva propriedade, com sua atual mulher, Renata. Em decorrência de desemprego que perdura há dois anos, Jarbas foi incapaz de pagar a pensão alimentícia de seu filho José, havido de seu primeiro casamento. A pensão fora estabelecida, no ano de 2000, no acordo da separação de Jarbas e sua primeira mulher, Teresa. José, representado pela mãe, instaura, com fundamento no art. 732 do CPC, execução de alimentos contra o pai, no curso da qual é penhorado o imóvel que serve de moradia ao devedor. Pergunta-se: está correta a decisão que determinou a penhora sobre o imóvel de Jarbas? Fundamente.

6. O Estado do Rio de Janeiro foi condenado a pagar R\$ 100.000,00 (cem mil reais), pelo erro médico causado a João num hospital estadual. A Procuradoria Geral do Estado não recorreu da sentença condenatória, nem João interpôs recurso. Em duplo grau obrigatório, o Tribunal de Justiça decidiu majorar o valor da condenação para R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). O Tribunal de Justiça poderia proferir tal decisão? Fundamente.

## Direito Comercial

1. JOSÉ e RICARDO resolveram constituir a sociedade Vitória Ltda. ("Sociedade"), na qual figuram como únicos sócios cotistas. Para a execução de sua atividade de armazenagem de mercadorias, JOSÉ celebrou, em nome próprio, contrato de locação de imóvel com RENATO, assumindo aquele, portanto, o ônus da locação. Após dois anos de início das atividades sociais, JOSÉ decide sair da Sociedade, mediante cessão de cotas a JOÃO, realizada por instrumento contratual próprio. Levando-se em conta que JOSÉ devia determinada importância a RENATO, a título de alugueres atrasados, convencionou-se que JOSÉ sacaria uma letra de câmbio, contra JOÃO e em benefício de RENATO, em caráter pro soluto, para fins de compor os débitos em questão. RENATO, necessitando de crédito, endossou a aludida letra de câmbio a PAULO, estipulando o endossante, nesse ato, a cláusula de proibição de novo endosso. Posteriormente, PAULO, com o objetivo de angariar recursos, decide circular o título, já aceito, endossando-o a NELIO, o qual, por conseguinte, apresenta-o ao aceitante para pagamento no vencimento. Para a surpresa do portador, JOÃO recusou-se a honrar com o compromisso cambial, sustentando que a cessão de cotas da Sociedade não se aperfeiçoou, tendo em vista a recusa da Junta Comercial em promover o arquivamento da correspondente alteração do contrato social da Sociedade, em virtude da proibição de cessão de cotas consignada no próprio corpo do contrato daquela Sociedade.

NELIO solicita a elaboração de parecer, por meio do qual sejam examinados os aspectos jurídicos relevantes do caso sob enfoque, bem como sejam enfrentadas as arguições específicas por ele apresentadas, abaixo referidas:

1. O que deve fazer NELIO para exigir seu direito de crédito em face dos coobrigados que não o aceitante?

2. Está NELIO legitimado a exigir de RENATO o crédito mencionado na letra de câmbio?

3. É lícito a JOÃO alegar, perante NELIO, questões oriundas de sua relação com JOSÉ, para fins de não pagamento da importância mencionada na letra de câmbio?

4. Na eventualidade de JOSÉ pagar o valor mencionado na letra de câmbio, pode ele cobrar a dívida de JOÃO com base no contrato de cessão de cotas?

Como advogado contratado por NELIO, emita o parecer de que se trata, devidamente fundamentado.

2. Qual a consequência do deferimento da recuperação judicial em relação aos contratos bilaterais do devedor? Responda justificadamente.

3. O estatuto social da DECOR BRASIL S.A. ("Companhia"), companhia fechada produtora de móveis e utensílios domésticos, subordina à prévia aprovação da Assembléia Geral a celebração de contratos pela Companhia com valor superior a R\$ 1.000.000,00. O sócio controlador da Companhia, SERRALHERIA FLUMINENSE LTDA., titular de ações ordinárias representativas de 65% do capital votante, propõe à administração da Companhia a contratação de fornecimento de matéria-prima no valor total de R\$ 5.000.000,00. Realizada Assembléia Geral da Companhia, os acionistas minoritários CARLOS e SILVIO, titulares de ações ordinárias representativas de, respectivamente, 20% e 15% do capital votante, discordam da mencionada contratação, alegando que o valor se encontra muito acima do preço de mercado. Não obstante, o acionista SERRALHERIA FLUMINENSE LTDA. faz prevalecer seu voto, determinando à administração que realize a referida contratação de fornecimento de matéria-prima.

Como advogado dos acionistas minoritários, analise a conduta e a validade do voto proferido pela SERRALHERIA FLUMINENSE LTDA. e oriente seu cliente quanto às medidas que devam ser tomadas.

4. Os acionistas de uma companhia de capital fechado deliberaram, por maioria absoluta de votos, aprovar a alteração do estatuto social para incluir cláusula compromissória prevendo que todo e qualquer litígio societário será dirimido por arbitragem. Responda, justificadamente, se os minoritários dissidentes da referida deliberação estariam obrigados a se submeter a essa cláusula? E os acionistas que ingressaram na sociedade após a alteração estatutária?

5. A clientela pode ser considerada como um dos elementos do fundo de comércio ou estabelecimento? Responda justificadamente.

6. O contrato social de uma sociedade limitada empresária, com mais de 20 sócios, que atua no ramo atacadista de supermercados, foi alterado pela última vez em 31 de dezembro de 1990, e é omissivo quanto à hipótese de falecimento de sócio, embora preveja a aplicação supletiva da Lei nº 6.404/76. Os filhos de um sócio falecido em outubro de 2005 desejam ingressar na sociedade, com a transferência da participação detida pelo pai, como geralmente ocorre em uma sociedade anônima. Os sócios remanescentes discordam do pleito dos herdeiros e querem liquidar as quotas do sócio falecido. Como a sociedade deve proceder?

## Direito Constitucional

1. A empresa Silva & Costa teve suas atividades suspensas pela Administração Fazendária federal, especificamente por ato do Coordenador Geral de Fiscalização Tributária, pela circunstância de ter deixado, continuamente, de recolher tributos federais. A atuação do Fisco se fundamentava no Decreto-Lei XX, editado em dezembro de 1987. De acordo com o Decreto, para executar o débito tributário, a Administração não estaria adstrita ao ajuizamento de ação de execução fiscal, mas poderia adotar medidas de maior restrição à livre iniciativa, como o cancelamento do registro da empresa, a interdição do estabelecimento e a apreensão de mercadorias. Silva & Costa deseja reiniciar com a maior brevidade possível suas atividades empresariais, embora não disponha de recursos suficientes para promover o imediato recolhimento dos valores devidos. Procura, então, seus serviços advocatícios para intentar a medida judicial cabível. Elabore a peça processual adequada.

2. Motivado por eventos recentes de violência, o Deputado Federal Antônio Luiz pretende apresentar projeto de lei alterando a redação de dispositivos do Código Penal de modo a cominar a pena de prisão perpétua a determinadas hipóteses de homicídio doloso qualificado, cuja

gravidade - argumenta o Deputado - submetem a sociedade a risco intolerável. Alertado pela assessoria jurídica da Câmara de Deputados de que tal projeto seria incompatível com a Constituição, o parlamentar resolve, previamente, apresentar Proposta de Emenda Constitucional alterando o artigo 5º, inciso XLVII, alínea b. A PEC é encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que considera não ser a Proposta passível de deliberação, tendo em vista o disposto no art. 60, inciso I, e §4º, inciso IV. Inconformado, o parlamentar reúne o apoio de um terço da Câmara de Deputados, que apresenta nova Proposta de Emenda, agora revogando o próprio art. 60, §4º, inciso IV, da Constituição Federal. Suponhamos que a PEC tenha superado o controle preventivo da Comissão de Constituição e Justiça. O Deputado Ferreira da Cunha, ao se ver na contingência de participar da deliberação, formula, então, consulta sobre a constitucionalidade da PEC. O Deputado está interessado em impugnar a PEC ainda no curso do processo legislativo.

Pergunta-se: Quais argumentos podem ser apresentados para sustentar a inconstitucionalidade desta última PEC? A ordem constitucional brasileira comporta a possibilidade de provimento judicial que implique a avaliação da constitucionalidade da PEC ainda no curso do processo legislativo?

3. Comente as distinções entre resolução e decreto legislativo.

4. Deputado Federal, recém empossado, apresenta projeto de lei criando no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social a Fundação de Amparo à Criança. Comente a iniciativa do parlamentar.

5. Em decorrência de aparente inconstitucionalidade encontrada em norma legal integrante do ordenamento jurídico do Distrito Federal, decidiu o Governador do Estado de Goiás pela propositura de ação direta de inconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal. Tendo em consideração o balizamento do instituto à luz da dogmática constitucional bem como da jurisprudência da Corte Suprema, discorra acerca dos limites e das possibilidades concernentes ao objeto da ação e à legitimação para a sua propositura. A resposta deverá ser integralmente fundamentada.

6. Sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Minas Gerais busca dirimir litígio de cunho econômico que mantém com o Estado do Rio de Janeiro através de ação judicial ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal. É de competência do STF processar e julgar tal ação? Fundamente sua resposta.

## Direito Penal

1. Você, na qualidade de advogado, foi procurado pelos representantes legais da empresa SEMPER FIDELIS LTDA., a qual foi mencionada em matéria jornalística assinada pelo repórter CAIO e veiculada edição de dezembro de 2006 da revista ALTERCATIO, cujo Diretor-Geral responsável é TÍCIO. Segundo trechos da sobredita matéria jornalística, "fontes que desejam permanecer no anonimato apontam a empresa SEMPER FIDELIS LTDA. como integrante de um esquema de sonegação de tributos e lavagem de dinheiro que lesou os cofres públicos em milhões de reais"; "os diretores da SEMPER FIDELIS LTDA. são sonegadores contumazes e os "cabeças" da organização criminoso". Os referidos representantes legais da corporação desejam ter a sua versão dos fatos publicada pela revista. Para tanto, eles forneceram a você: (A) procuração com poderes especiais para adotar as medidas judiciais cabíveis à espécie; (B) duas vias de carta com aviso de recebimento enviada ao periódico, por meio da qual a SEMPER FIDELIS LTDA. pediu que os seus esclarecimentos fossem publicados na edição de janeiro de 2007 da ALTERCATIO (pedido esse que não foi atendido); (C) certidões fiscais negativas da SEMPER FIDELIS LTDA. e de todos seus diretores junto à Receita Federal e às Secretarias Estadual e Municipal de Fazenda. Redija a peça processual adequada, mencionando todos os dispositivos legais pertinentes.

2. MÉVIO, Juiz de Direito no Estado do Rio de Janeiro, contrata um pistoleiro profissional para matar um vizinho, com quem tivera uma ríspida discussão durante um jogo de futebol. O pistoleiro executa o crime, sendo preso em flagrante, ocasião na qual confessa o crime, indicando a participação do mandante. Aponte qual (ou quais) é (são) o (s) órgão (s) jurisdicional (is) competente (s) para julgar esse fato, indicando todos os dispositivos legais e constitucionais pertinentes.

3. CAIO forjou a assinatura de seu genitor SEMPRÔNIO em uma folha de cheque da conta corrente de titularidade exclusiva deste último, utilizando tal folha para sacar na boca do caixa de agência bancária todo o numerário depositado na conta-poupança de seu genitor, sem conhecimento nem autorização deste último. CAIO então esbanja todo o sobredito numerário em futilidades. Se você for advogado de defesa de CAIO, qual é a tese defensiva que poderia ser levantada em favor de seu cliente? E se você for advogado de SEMPRÔNIO, na qualidade de assistente de acusação?

4. CAIO, TÍCIO, MÉVIO E NERO, auditores fiscais, nascidos respectivamente em 12.06.1937, 14.08.1931, 23.04.1944 e 19.10.1947, foram denunciados no dia 04.07.2002 pela prática dos crimes de concussão e quadrilha ou bando, em continuidade delitiva. De acordo com a acusação, teriam comparecido à loja de CÉSAR, comerciante, no dia 23.08.2000, com o fim de realizarem fiscalização nos livros contábeis do estabelecimento e, mesmo não tendo encontrado qualquer irregularidade, teriam decidido no local exigir de CÉSAR que pagasse R\$ 2.000,00 a cada um deles, com o que CÉSAR haveria concordado. Por esses mesmos fatos, CESAR foi denunciado pela prática do crime de corrupção ativa, também em continuidade delitiva. Após o oferecimento de defesa preliminar, foi a denúncia recebida no dia 06.08.2002. No dia 10.08.2006, foi proferida sentença condenando os fiscais como incurso nos crimes de concussão e quadrilha ou bando, praticados em continuidade delitiva, bem como CESAR, como incurso no crime de corrupção ativa, também em continuidade delitiva. Analisando as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal e atendendo às diretrizes do artigo 71 do Código Penal, o juiz fixou a pena mínima do delito mais grave imputado a CAIO, MÉVIO E NERO e aumentou-a de 1/6, chegando, assim, ao patamar final de 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 10 dias multa, no valor unitário de 1/30 do salário mínimo, para cada um. Tendo em vista que TÍCIO era reincidente e portador de péssima conduta social, o magistrado aumentou a pena base do delito mais grave a ele imputado, fixando-a em 03 (três) anos de reclusão, a qual foi, ainda, aumentada de 1/6 em razão da continuidade delitiva, chegando-se ao patamar final de 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 30 dias multa, no valor unitário de 1/30 do salário mínimo. No tocante a CÉSAR, sendo os crimes idênticos, estabeleceu a pena mínima e aumentou-a de um sexto, chegando ao patamar final de 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão e 10 dias multa, no valor unitário de 1/30 do salário mínimo. A sentença transitou em julgado para o Ministério Público.

Analise fundamentadamente a conduta de cada um dos envolvidos, bem como o seu enquadramento típico, indicando todos os argumentos que podem ser desenvolvidos em favor de cada um dos acusados.

5. Sem que MÉVIO tivesse conhecimento, CAIO, seu amigo, subtrai de sua carteira as chaves de seu veículo para poder utilizá-lo para ir ao cinema. No caminho, entretanto, a Polícia Militar estava realizando uma blitz. Ao perceberem a fisionomia preocupada de CAIO, os policiais militares resolvem abordá-lo, tendo, nessa oportunidade, constatado que CAIO não é habilitado. Pergunta-se: CAIO praticou algum crime? Em caso positivo, indique qual (ou quais) e desenvolva fundamentadamente todos os argumentos que justifiquem a sua conclusão. Em caso negativo, desenvolva os argumentos que justifiquem a sua conclusão, com análise fundamentada do(s) tipo(s) envolvido(s) na questão.

6. TÍCIO, professor de LUCRÉCIA, propõe-lhe a monitoria de sua turma em troca de manterem relações sexuais. LUCRÉCIA recusa-se e é de pronto forçada a manter cópula vaginal com TÍCIO. Semelhante ato sexual é precedido de carícias pelo corpo de LUCRÉCIA, assim como da submissão da aluna à prática de sexo oral em TÍCIO. Em virtude de tais fatos, TÍCIO é condenado às penas mínimas dos crimes de assédio

sexual, atentado violento ao pudor e estupro, em concurso material, assim como ao cumprimento da pena em regime integralmente fechado. Contratado para elaborar as razões de apelação em favor de TÍCIO, indique todos os argumentos que pelo enunciado da questão poderiam ser expendidos no recurso.

## Direito Trabalhista

1. No dia 3 de fevereiro de 2007, apresentou-se em um escritório de advocacia o Sr. Malaquias Adroaldo Júnior, brasileiro, casado, ex-encarregado de padaria, residente na Rua do Infinito, n.º 1.678, Recreio, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 99.444-888, CPF 777.999.888.000-89 e inscrito no PIS sob o n.º 333.444.555.666-89, filho de Ana Maria Lins e Malaquias Adroaldo.

Após ser cordialmente recebido, contou o seguinte caso ao advogado que o atendeu: "Doutor, eu fui injustiçado. ' Me' mandaram embora por justa causa no dia 4 de janeiro de 2005, só porque estava levemente embriagado no serviço. Eu já tinha sido afastado uma vez, pelo INSS, por causa da bebida. Isso foi em 2004. Fiquei de junho a agosto me tratando. Estava recuperado, já havia voltado ao trabalho, mas como foi ano novo, tive uma recaída e acabei bebendo. ' Me' pegaram bebendo no dia 3 e me mandaram para casa. Voltei no dia seguinte, mas bebi de novo. Então, disseram que embriaguez no serviço era motivo para justa causa e me mandaram para a rua. Só recebi o saldo de salário, foi depositado na minha conta, mas não me pagaram mais nada. Fiquei muito triste, pois trabalhava lá desde 1986 e agora estou desempregado, sem ter como sustentar minha família."

Indagado sobre seu contrato de trabalho, respondeu o trabalhador: "Eles até que me pagavam direitinho, só que não me deixavam tirar o almoço integral. Chegava às 8h, almoçava das 12h às 12h45min, lanchava das 15h às 15h15min e saía às 17h15min. O lanche era bom, comia na lanchonete ao lado, que tinha um convênio com meu empregador. Um sanduíche e um suco, que custavam 5 reais, saíam sem nenhum custo para mim. Dava para economizar no final do mês."

Terminou o Sr. Malaquias aduzindo o seguinte: "Doutor, eu não sou de ficar botando ninguém na Justiça não. Até hoje, só tive duas ações. Uma delas foi contra a Caixa Econômica Federal, de número 2004.55.58.001249-2/01. Era para receber a diferença de atualização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, por causa dos planos econômicos. Essa eu ganhei em março de 2006 e já recebi todo o valor. A outra foi uma ação trabalhista, que tratava destes mesmos fatos que eu relatei. Na verdade, esta ação trabalhista foi proposta por outro advogado. Estava correndo sob o número 00001-2005-088-01-00-1, mas foi extinta sem julgamento do mérito em 17 de novembro de 2006. ' Me' disse que acolheram uma tal de inépcia, mas que eu não tive prejuízo. Ora, como não tive prejuízo? Estou esse tempo todo sem receber meus direitos."

Ao final da entrevista, foram apresentados alguns documentos ao advogado. Da análise dos documentos exibidos, pode-se constatar que o Sr. Malaquias tinha sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (n.º 14.555, série 020) anotada regularmente e recebia no contracheque o salário fixo de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), sofrendo apenas os descontos regulares de vale-transporte e INSS. Seu empregador era "Supermercados Barriga Cheia Ltda., inscrito no CNPJ sob o n.º 11.345.777/0001-44, com sede na Rua da Felicidade, n.º 2, Bairro Alegre, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 33.444-999.

Sabendo que o nome do advogado é: J. Miranda de A. Delgado, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 1.234.222, formule a peça processual adequada a defender os interesses do Sr. Malaquias, apresentando todos os fundamentos de fato e de direito, conforme as informações dadas acima.

2. Em uma audiência trabalhista de instrução e julgamento, o advogado tem indeferido o seu requerimento de oitiva da parte contrária em depoimento pessoal, sob o argumento de que, ao contrário do CPC, a CLT, nos artigos 820 e 848, não prevê a figura do depoimento pessoal das partes, mas somente do interrogatório, que é faculdade do juiz e, naquele momento, estava sendo dispensado. Aduziu o magistrado que, por não

haver omissão na CLT (art. 769), seria incabível a oitiva de uma das partes por requerimento da parte contrária, mas apenas a faculdade de reinquirição, depois de inquiridas pelo juiz, o que não era o caso. Tendo em vista o indeferimento de seu requerimento, o diligente advogado fez consignar expressamente na ata de audiência os seus protestos, para garantir a apreciação jurisdicional do tema em momento posterior.

Uma vez prolatada e publicada sentença, desfavorável ao cliente do advogado que requereu a oitiva da parte contrária, sem obscuridade, omissão, contradição ou qualquer erro material, responda objetivamente:

a) Qual é o remédio processual cabível para efetivar a produção da prova requerida, apontando sua previsão legal;

b) Qual o prazo para interposição deste remédio processual;

c) Aponte os fundamentos que podem ser argüidos nesta peça processual para garantir a oitiva da parte contrária em depoimento pessoal no Processo do Trabalho, indicando os dispositivos legais violados.

**3.** É cabível o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica proposta por empresa privada do setor de turismo com o objetivo de obter a declaração de abusividade de greve deflagrada por seus empregados? Fundamente.

**4.** João Bernardo, ex-empregado da empresa Maremar Utensílios de Cozinha Ltda., apresentou demanda na Comissão de Conciliação Prévia, instituída no sindicato profissional que representa os interesses de sua categoria, celebrando, ao final, termo de conciliação com o seu ex-empregador, dando quitação geral quanto ao extinto contrato de emprego, sem aposição de qualquer ressalva, na forma do art. 625-E, da CLT.

No dia marcado para o pagamento dos valores estipulados no acordo, a empresa não apareceu ou justificou sua ausência.

Irritado, João Bernardo procurou um advogado, que ajuizou ação trabalhista de conhecimento, narrando os fatos e requerendo a produção de todas as provas admitidas em direito, com o escopo de obter a procedência do pedido de reconhecimento daquele crédito em favor do autor. O processo foi julgado extinto sem resolução de mérito, por ausência de interesse processual, na forma do art. 267, VI, do CPC. João Bernardo, enfurecido, consultou outro profissional para entender o ocorrido e tentar receber o seu crédito ajustado.

Como novo advogado de João Bernardo, responda às seguintes indagações:

a) O procedimento adotado pelo advogado de João Bernardo foi correto? Fundamente.

b) Caso positivo, qual é o remédio processual cabível para reverter a decisão e extinção do processo sem julgamento do mérito?

c) Caso negativo, qual deveria ter sido a providência tomada pelo advogado de João Bernardo?

**5.** Nas hipóteses abaixo formuladas, deve o empregador indenizar, por danos morais e materiais, o empregado inválido em consequência de acidente de trabalho?

Hipótese a) O acidentado é empregado de uma empreiteira envolvida na construção do metrô, e no exercício de sua função, dirigia um veículo da empresa, que foi atingido pelo desmoronamento ocorrido no local.

Hipótese b) O empregado-motorista transportava para a escola os filhos da família que o empregava quando ocorreu o desmoronamento na estação de metrô que foi causa do acidente que lhe causou invalidez.

Hipótese c) O empregado dirigia veículo em via pública, quando, por falta de manutenção adequada no veículo de propriedade da empresa empregadora, sofreu acidente de que resultou a invalidez.

6. Júlia Santos ajuizou reclamação trabalhista, em janeiro deste ano (2007), despedida que fora por sua empregadora doméstica, sem justa causa, em maio do ano anterior (2006), quando estava no início da gravidez. A reclamante, não inscrita no sistema de FGTS, tem direito a alguma indenização? Fundamente.

## Direito Tributário

1. Trabalhadores Unidos S/C, Sociedade Uniprofissional que tem como objeto social a prestação de serviços médicos, promove o recolhimento do ISS (Imposto sobre Serviço) fazendo incidir sobre a base de cálculo a alíquota genérica de 5% (cinco por cento), conforme estipula o Código Tributário do Município X, aprovado pela Lei nº 1.234/56.

Em 10/08/2006, é publicada a Lei nº 7.890, que regula a tributação pelo ISS sobre serviços prestados por profissionais autônomos e sociedades constituídas por determinadas categorias de profissionais autônomos. Referido ato altera o disposto na lei anterior, ao reduzir de 5% para 2% a alíquota incidente sobre os serviços acima mencionados.

A sociedade imediatamente passou a recolher o imposto com base na nova alíquota. Todavia, interpretando de modo diferente o novo dispositivo legal, Fiscais de Rendas Municipais atuaram a sociedade, exigindo-lhe recolhimento com base na alíquota de 5%. Considerando que a sociedade não repassou o ônus financeiro do tributo ao contribuinte, elabore a peça adequada, administrativa e/ou judicial, a fim de fazer prevalecer o direito que você reconhece no caso concreto.

Advogado: Aristides Leitão (OAB/RJ 0001), com escritório na Av. Marechal Câmara, nº 10, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro (RJ).

2. Polar Refrigeração Ltda, sediada no Município de Campos dos Goytacazes (RJ), foi autuada e notificada em 15 de janeiro do corrente ano por falta de recolhimento do ISS devido pela prestação de serviços de manutenção em ar-condicionado que efetuou em cliente domiciliado em Itaocara (RJ). Além do tributo, estão sendo exigidos os valores correspondentes à multa de 75% (setenta e cinco por cento) e dos juros de mora respectivos. Inconformado, o Diretor-Presidente da autuada o consulta, na qualidade de advogado, sobre a procedência da autuação, uma vez que o ISS que o Município de Campos reclama foi recolhido ao Município de Itaocara, onde o serviço foi prestado. Examinando a legislação de Campos dos Goytacazes, você constata que a Lei nº 9.999, publicada em 01 de dezembro do ano de 2006, reduziu a multa aplicada, que passou de 75% (setenta e cinco por cento) para 50% (cinquenta por cento). Que pontos devem ser abordados na impugnação que você proporá ao seu cliente?

3. Em ato de fiscalização, Auditores-Fiscais da Receita Federal apuram que, em 2 de fevereiro do corrente ano, a Fábrica de Biscoitos Rosca Doce Ltda. deixou de recolher, em todos os anos, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) referente ao período compreendido entre 2003 e 2007. As alíquotas do tributo, bem como a multa incidente no período, foram alteradas sempre em primeiro de janeiro de cada ano, vigorando, para cada caso, os percentuais constantes do quadro abaixo:

Exercício	2003	2004	2005	2006	2007
Alíquota do IPI	10%	15%	20%	30%	25%

<b>Multa</b>	<b>50%</b>	<b>30%</b>	<b>45%</b>	<b>60%</b>	<b>40%</b>
--------------	------------	------------	------------	------------	------------

Em razão do exposto, informe que alíquotas do imposto e que percentuais de multa devem ser aplicados e exigidos no Auto de Infração lavrado pelas autoridades fiscais. Fundamente a resposta.

4. A Carioca Universitária Ltda. edita livros jurídicos e outras publicações do gênero. Opine sobre a possível imunidade tributária de que goza a editora em face das receitas obtidas e dos lucros auferidos através da comercialização das obras.

5. Existe solidariedade ativa no Direito Tributário? Explique e justifique a resposta.

6. O direito de a fazenda pública cobrar tributo lançado no exercício fiscal de 2000 está, necessariamente, prescrito? Explique a resposta.